

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Acelerar a implementação de um regime de permuta de habitação económica

Actualmente, a estrutura familiar de muitos agregados familiares que residem em habitação económica sofreu alterações devido ao nascimento de filhos ou ao apoio a idosos a seu cargo, portanto, a actual tipologia habitacional e a respectiva área já não conseguem satisfazer as necessidades básicas de habitação, por exemplo, as famílias que no início moravam em fracções de tipologia T1 enfrentam uma grave escassez de espaço após o nascimento de filhos, por isso, a sociedade tem estado atenta e dado grande relevância à criação de um mecanismo de permuta de fracções económicas, ou seja, “troca de fracção por outra fracção”.

O Governo da RAEM iniciou, no ano passado, um estudo sobre o regime de permuta de habitação económica, e o Secretário para os Transportes e Obras Públicas referiu na reunião plenária de debate das LAG, em Dezembro do ano passado, e na reunião plenária de Janeiro do corrente ano que o resultado do estudo de viabilidade do regime de permuta de habitação económica demonstra que já obteve um alto reconhecimento a nível social e irá publicar, em breve, os resultados do estudo sobre esta matéria. No entanto, já se passou mais de meio ano e ainda não foram divulgadas mais informações sobre o conteúdo do estudo, os resultados da consulta e as formas de permuta.

Ao mesmo tempo, a política habitacional é um dos factores centrais que influencia as decisões de casamento e nascimento dos residentes. Segundo o “Inquérito sobre a intenção de casamento e fertilidade dos residentes de Macau em 2024”, divulgado pelas associações de mulheres, a falta de espaço habitacional é um dos três primeiros factores que afectam a vontade de ter filhos, representando 73%; e a oferta de políticas preferenciais na candidatura a

habitação pública dirigidas a recém-casados e famílias com crianças pequenas é uma das três medidas de incentivo à natalidade mais desejadas pelos inquiridos, representando 68%. Tomando como referência o “13º Plano Quinquenal Nacional”, definiu-se claramente a “promoção da garantia de habitação e política de aquisição de habitação destinada às famílias com vários filhos”; em Singapura, lançou-se o “*Parenthood Priority Scheme*” e o “*Third Child Priority Scheme*”; em Hong Kong, lançou-se o “*Families with Newborns Allocation Priority Scheme*” e o “*Families with Newborn Flat Selection Priority Scheme*”. Estas políticas são implementadas através da reserva de uma certa proporção de habitações públicas para as famílias que satisfazem os respectivos requisitos, a fim de reduzir as preocupações habitacionais das famílias no processo de decisão sobre o nascimento, portanto, as respectivas experiências podem servir de referência para Macau.

Assim sendo, interpelo sobre o seguinte:

1. Na resposta a uma interpelação escrita de um deputado, o Governo respondeu que: “*De acordo com o resultado do estudo sobre a viabilidade do regime de permuta de habitação económica, o Governo da RAEM está a avaliar, de forma científica, as condições de permuta, o mecanismo de fixação de preços e os limites da sua execução. No pressuposto de garantir a distribuição justa dos recursos públicos, será elaborado o plano de execução do referido regime tendo em plena consideração as opiniões dos diversos sectores da sociedade.*”. Com vista a recolher amplamente as opiniões dos diversos sectores da sociedade, quando é que o Governo vai organizar uma consulta pública sobre a proposta de implementação do regime de permuta de habitação económica, no sentido de aperfeiçoar este regime e alcançar um consenso social?

2. Segundo os exemplos de Singapura e de Hong Kong, estas já implementaram uma política de atribuição prioritária de habitação às famílias com filhos. Com vista a satisfazer as necessidades de habitação das diversas fases de desenvolvimento familiar, na consulta pública para a implementação do

regime de permuta de habitação económica, vão ou não ser aditadas condições prioritárias ou quotas especiais para famílias com grávidas, filhos menores e famílias multigeracionais, entre outras?

17 de Julho de 2026

A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM,

Wong Kit Cheng